|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Normativos** | | |
| 1 | [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm) | Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. |
| 2 | [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69028/Lei_4611_09_08_2011.html) | Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. |
| 3 | [Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973compilado.htm) | Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. |
| 4 | [Lei nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm) | Regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. |
| 5 | [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm) | Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. |
| 6 | [GDF - Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70610/Lei_4770_22_02_2012.html) | Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal. |
| 7 | [GDF - Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69028/Lei_4611_09_08_2011.html) | Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. |
| 8 | [GDF - Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10947.htm) | Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/ 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. |
| 9 | [Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023](https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11430.htm) | Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| 10 | [Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11246.htm) | Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| 11 | [Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10947.htm) | Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/ 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. |
| 12 | [Decreto nº 35.592, de 02 de julho 2014](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html) | Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, estabelece regras para a elaboração do Plano Anual de Contratações Públicas para ampliação da participação das denominadas entidades preferenciais, e dá outras providências. |
| 13 | [Decreto nº 28.754, de 31 de janeiro de 2008](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/57066/exec_dec_28754_2008.html) | Exclui da Central de Compras as licitações de serviços da entidade que especifica e dá outras providências. |
| 14 | [SEEDF - Portaria nº 1.068, de 26 de agosto de 2024](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70610/Lei_4770_22_02_2012.html) | Estabelece procedimentos para apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas a licitantes e contratados no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Referências** | | |
| 1 | [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf) | Agenda Universal 2030 desenvolvida pela ONU, que traz os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS que contemplam 169 metas e que equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. |
| 2 | [GDF - Parecer Referencial SEI-GDF n.º 061/2024 - PGDF/PGCONS](https://www.pg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/REF.0061.2024SEI.pdf)  [Processo n.º 00020-00026052/2023-36](https://www.pg.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/REF.0061.2024SEI.pdf) | Parecer referencial sobre os temas “contratação direta para fornecimento de periódicos” e “contratação direta para a participação de servidores em curso aberto de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal”. |
| 3 | [Plano Estratégico Institucional SEE-DF 2023 - 2027](https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/05/PEI-2023-2027_18jul24.pdf) | Traz os 15 (quinze) objetivos estratégicos, delineados pelo Plano Estratégico Institucional da Secretaria de Estado de Educação para 2023 – 2027. |